

A importância do mito imperial na institucionalização do salazarismo

AUTOR

T æ&^[Á [!ã ÁE• ~ } 8ë[

Resumo: Este artigo visa perscrutar os usos e sentidos políticos do mito imperial pelo regime salazarista, no período de sua institucionalização (anos 30 e 40), mito que será visto nesta análise como uma das principais formas de consenso e hegemonização do salazarismo.

Palavras chaves: Salazarismo, Intelectuais, Mito Imperial.

Abstract: This article aims to scrutinize the political uses and meanings of the imperial myth through the Salazar's regime, from its institutionalization (years 30 and 40), myth that will be seen in this analysis as one of the most important form of consensus and hegemony of Salazarism.

Key-Words: Salazarism, Intellectuals, Imperial Myth.

1. O contexto histórico-social de emergência do salazarismo.

O salazarismo emerge no contexto da vaga autoritária das décadas de 20-40 (PINTO, 2007: 39), esta que foi propiciada no pós-guerra pelo vazio institucional do estado liberal¹. Constituindo em Portugal um regime “institucionalizado pelo alto” (PINTO, 2007: 25) com amplo apoio dos setores conservadores, Igreja e Militares, que instauraram um regime ruralista, católico, antiparlamentarista autoritário e corporativo², com características fascistizantes.

Este regime irá se institucionalizar ao longo dos anos 30-40 a partir de um problemático processo político de consensualização/coerção de uma heterodoxa base social que foi hegemonizada, em grande parte, por uma mitologia imperial que objetivava instituir o ideário do Estado Novo português.

1.1. A heterodoxa base social, política e econômica do salazarismo

¹Segundo Bernardo (2003) o vazio institucional do Estado Liberal, gerado pela crise orgânica do liberalismo, e que ira propiciar a ascensão de diversos regimes na década de 20-40.

²Não há um consenso na historiografia com relação a conceituação dos regimes insurgidos no período da década de 20-40, como é o caso do salazarismo, apesar de ser um dos temas mais abordados pela historiografia (VIANA, 1991). Pode-se definir o salazarismo enquanto um regime com tendencias totalitárias (TORRALBA, 2003: 164) ou mesmo como pensa Bernardo (2003) um regime fascista.

O salazarismo terá uma base social extremamente heterodoxa, o que faz com que o regime ao longo de sua institucionalização, nos anos 30-40, tenha dificuldades em equilibrar sua representação perante a diversidade de interesses político-econômicos.

A nível de interesses políticos o regime se instituirá a partir da heterogênea direita portuguesa, que segundo António Costa Pinto (2007) se dividia em três grupos principais: *O liberalismo conservador, o conservadorismo autoritário e a direita radical.*

O *liberalismo conservador* queria com o “estado de exceção” propiciado pelo golpe militar reduzir o poder do parlamento e criar um partido conservador que com o apoio do Estado fosse apto a enfrentar o partido democrático (PINTO, 2007: 19). O *conservadorismo autoritário*, propriamente antiliberal, queria a instituição de um regime de partido único com vocação integradora e corporativa, apesar de existir no interior deste grupo uma diversidade ideológica entre aqueles que aderiam ao corporativismo católico ou a um difuso corporativismo republicano (PINTO, 2007: 20). E por fim a *direita radical* que queria a ruptura total com o sistema liberal e buscava instituir um corporativismo integral, grupo que tinha uma forte influencia fascistizante (PINTO, 2007: 20).

Por causa dessa diversidade política o regime irá ter dificuldades em se institucionalizar sofrendo sucessivos golpes de Estado, vindos tanto da oposição pró-democrática como da extrema-direita. Mas, foi em volta do núcleo coeso de generais conservadores que apoiavam o general Carmona que a ordem conservadora se consolida, combatendo ou integrando e controlando tanto os radicais da direita como os pró-democracia (PINTO, 2007: 25).

Consegue a partir da constituição de 1933 secundarizar e formalizar tanto os interesses liberais, republicanos como os da direita radical dando um espaço limitado de ação para estes, reforçando o autoritarismo a partir do regime de partido único, como também dando grandes poderes ao executivo que reduzira ao longo do regime a câmara dos deputados e a câmara corporativa, criada por esta constituição, como meros “conselhos consultivos” (PINTO, 2007: 26).

O regime irá resolver com grande autonomia³ tanto os conflitos políticos vindos do “baixo” a partir de uma legislação e de instituições repressivas que deportam e prendem a

³Salazar só tinha que se reportar ao presidente da República, cargo que era sempre ocupado por um general (PINTO, 2007: 26).

oposição sindical (ROSAS, 1986: 122), como no “alto” equilibrando ou/e reprimindo os interesses políticos, dos monárquicos, republicanos e integralistas, e também os conflitos a nível econômico a partir dos interesses industriais, coloniais e agraristas⁴.

Para poder se hegemonizar perante a sua heterodoxa base social o regime teve que além da proteção militar (que esteve presente ao longo do regime tanto a nível da metrópole como das colônias) criar uma base ideológica consensual entre estes diversos grupos e interesses, esta base era tanto o corporativismo (a organização e controle corporativo dos diversos interesses que o legitimavam) como o mito imperial⁵, nesta análise o foco estará sobre esta mitologia.

2. O Mito Imperial, a ofensiva político-jurídico, econômica e ideológica do salazarismo e a imagem do “filho prodigo”.

O mito Imperial foi um legado do movimento de reconstrução nacional – que buscava a partir do passado uma regeneração do presente – vindo do período republicano e monárquico (CATROGA et al, 1996: 222), que mobilizava desde muito tempo inúmeras vertentes políticas (CATROGA et al, 1996: 223). Este mito se constituía pela ideia de que Portugal tinha uma dupla vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar, sendo este ato um fardo sumamente português (ROSAS, 2001: 1034).

Essa essência, de colonizar e evangelizar, irá legitimar a concepção de nação-raça lusitana, pluricontinental e plurirracial, tão presente nos discursos do salazarismo (ROSAS, 2001: 1035).

⁴Como evidencia Rosas (1986) ao expor que apesar do discurso ideológico pró-ruralista o Estado Novo não se constitui por um bloco agrarista, anti-industrializante (ROSAS, 1986: 11), já que ao contrario do discurso há intervenção infraestrutural e apoio financeiro, principalmente na projeção dos anos 30-35, aos interesses industrialistas. Apesar do regime querer difundir a imagem oficial de si como ruralista não existia uma hegemonia de interesses econômicos (ROSAS, 1986: 114), o Estado Novo e que no fundo instituiu o que devia ser feito (ROSAS, 1986: 140), mesmo que muitas vezes ao tentar equilibrar estes interesses este acabava causando contradições a nível de racionalidade capitalista (ROSAS, 1987: 281).

⁵Para Rosas (2001) o mito imperial foi um dos sete mitos que fundaram a essência do discurso do regime salazarista, os outros seis, que não serão abordados neste escrito, são: o mito palingênético, mito central da essência ontológica do regime ou mito do novo nacionalismo, mito da ruralidade, mito da pobreza honrada, mito da ordem corporativa e por fim o mito da essência católica da identidade nacional. Para saber , mais, sobre estes ver: _____. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001, p 1033-1035.

Salazar se apropriara deste mito e ira difundi-lo como uma das grandes verdades eternas e indiscutíveis do regime (ROSAS, 2001: 1032), mesmo por que o salazarismo irá emergir a partir de um série de complicações externas com relação ao seu império, e por isto a necessidade de o proteger e também de usá-lo como um dos elemento da pulsão nacional, para Luís Reis Torgal,

[...]Surgia, assim, um Estado nacionalista assente na idéia de império, neste caso um império colonial já existente, que se considerava necessário conservar, pois era tido como um elemento de identificação da nacionalidade lusitana, civilizadora, ocidental, cristã. O militarismo, próprio do tempo, como em todos os fascismos com a defesa da pátria e com uma militância anticomunista, tem como componente a idéia de Império forjado pela tradição histórica, cujos símbolos de referência são a bandeira de D. João, a cruz de Aviz ou a Cruz de Cristo (TORGAL, 1999: 72).

A afirmação desta mitologia pelo regime só pode ser entendida a partir da compreensão de que esta estará no centro das práticas e discursos do Estado Novo Português, mesmo porque o regime de Salazar terá como sentido de existência a manutenção deste Império, como demonstra Marcello Caetano:

A África é algo mais que uma terra a ser explorada... A África é para nós, uma justificação moral e uma razão de ser como potência. Sem ela, seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande Estado (CAETANO Apud ANDERSON, 1966: 85).

É por esta importância do império para o regime e que dimensionaremos a importância desta mitologia a partir de uma ofensiva a nível jurídico-político, econômico e ideológico que será instaurada no período de sua institucionalização e que visava manter a unidade do seu Império.

2.2. A ofensiva jurídico-político e ideologica do regime salazarista.

Em termos jurídico-político há uma mudança constitucional concretizada a partir do ato colonial de 1930, adquirindo legitimidade constitucional a partir da constituição de 1933 que define o Império português, integrando os domínios ultramarinos como colônias solidárias e constituintes da metrópole (CATROGA, 1996: 580). Dando a esta um caráter

vocacional e civilizacional, como demonstra o artigo 2º do ato colonial de 1930: "É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas" (S.A. (1930) apud ROSAS, 2001: 1034).

Neste sentido o Salazarismo ira buscar a partir destas medidas uma maior centralização político-administrativa, de suas colônias, materializando esta pretensão a partir de um novo quadro jurídico-institucional e com a eliminação da figura dos altos comissários os substituindo pelos governadores gerais que tem sua autonomia e poderes bastante reduzidos (ROSAS, 1986: 91).

Concomitante a essa ofensiva política e jurídica, a nível econômico, há uma maior centralização financeira da política colonial no governo metropolitano e no ministério das colônias. Criando uma nacionalização da exploração colonial e reforço da política do pacto colonial. Este que é amenizado pela preocupação equilibrante do regime entre os interesses econômicos metropolitanos e os da burguesia colonial (ROSAS, 1995: 21-2).

Esta nacionalização dos mercados coloniais e propiciada pelo abrandamento das pressões externas vindo da crise de 29, possibilitando com que o regime revogue o sistema de "porta aberta", instituído pelos vencedores da 1ª Guerra mundial, o substituindo pelo regime do pacto colonial (ROSAS, 1986: 90). Consubstanciava esta pretensão a partir do fim da autonomia financeira das colônias, sendo menos liberal e mais protecionista (ROSAS, 1986: 109).

Este reforço a nível econômico e político não visava fazer uma modernização em Portugal e nas suas colônias, mas, manter e controlar um sistema colonial que era extremamente arcaico, com uma estrutura largamente pré-industrial. Que se sustentava a partir do uso em larga escala de trabalho forçado e por uma hegemonia militar com alto grau de violência (ANDERSON, 1966: 14).

Perry Anderson chama o sistema colonial português de ultracolonialismo, por este ser simultaneamente a modalidade de colonialismo mais primitiva e mais extremista sendo o uso em grande escala de trabalho forçado a chave deste sistema, já que este revela as características gêmeas de extremismo e arcaísmo que revelam a natureza específica do seu colonialismo (ANDERSON, 1966: 59).

Por causa dessa estrutura centralizadora e coercitiva era necessário criar uma base de consenso para que as práticas do colonialismo português, o trabalho forçado e a hegemonia militar, fossem distorcidas a partir do discurso de um Império supostamente orgânico, harmônico e plurirracial, apesar de todas as contradições entre práticas e discursos. Para a reprodução deste discurso, fundado na organicidade e harmonia entre as partes, a nível ideológico há uma ofensiva que buscava a divulgação do mito da Portugalidade que usava de uma mitologia imperial para trazer um passado regenerador e glorificador do presente. O Estado Novo Português, a partir de uma série de instituições irá divulgar, a partir dos seus órgãos de propaganda, o SPN (Secretariado de Propaganda Nacional) e o ministério das colônias, uma nova concepção de império orgânica, centralizadora e transtemporal que terá diversos usos.

No entendimento de Fernando Rosas, o salazarismo reelaborou o conceito de Império, que passou a ser uma entidade natural/organicista, ou seja, um corpo com suas várias funções e uma cabeça (a metrópole); uma família unida na diversidade dos seus membros sob a autoridade natural do chefe que a guia, protege e ajuda, do qual há de receber as contrapartidas que lhe são devidas. O Império aparece como ser ontológico e como realidade transtemporal inerente à essência orgânica da Nação, como imperativo da raça e redescoberto por meio do encontro que o Estado Novo operava na nação, isto é, com o seu passado heroico (ROSAS apud SERPA, 2001: 115).

Esta concepção de império será ao longo do regime usada tanto como base de consenso interno como externo. Internamente este mito será usado como um cimento para atenuar as diversas divergências internas, as unindo a partir deste ideal. Os intelectuais do regime "enquadram uma memória⁶" que institui o Estado Novo de Salazar como "regeneração" frente ao passado "negro", liberal e republicano, justificando este discurso a partir do uso instrumentalizado da história, usando o passado medieval e ultramarino como sua principal pulsão nacional (PINTO, 2007: 27).

É externamente o regime irá difundir a partir deste mito a imagem de um Império unido e coeso, para assim se defender contra as pretensões imperialistas de nações como a

6 No sentido que Michael Pollak (1989) no artigo "Memória, Esquecimento, Silêncio", dá a memória como dinâmica, por isso há sempre processos de "enquadramento da memória", feito pelos grupos especializados em enquadrá-las. Estes definem constantemente as fronteiras sociais a partir dos limites de justificação e de coesão interna, alimentando estas memórias a partir do material fornecido pela história (o passado interpretado).

Alemanha, EUA, França etc, que questionavam a capacidade colonizadora de Portugal, por causa do seus baixos recursos e do seu pequeno território, questão que fazia com que as nações europeias questionassem a própria pretensão de Portugal como nação (HOBSBAWM, 1990: 31).

O regime materializara esta mitologia a partir da montagem de um dispositivo cultural (Ó, 1999) que a partir de campanhas, decretos, leis, propagandas e rituais buscava levar os portugueses à redescoberta do mito de sua grandeza por meio de atos concretos como: a reforma da Agência Geral das Colônias (1932), fundação da revista *O Mundo Português* (1934), publicação da Carta Orgânica do Império Colonial Português (1934), reforma da administração ultramarina e do próprio Ministério das Colônias, primeira exposição colonial portuguesa (Porto, 1934), I Congresso de Intercâmbio Comercial com as Colônias, fundação do Arquivo Histórico Colonial e restauração do Conselho do Império Colonial (CATROGA apud SERPA, 2010: 581).

Alem destas instituições e eventos o *dispositivo cultural* montado em 30 buscava para reforço ideológico do papel do Império romper com a dicotomia entre ex-metrópole e ex-colônia. Mesmo por que a imagem de uma portugalidade plurirracial e transterritorial irá se alimentar da imagem do Brasil como "filho prodigo".

Como demonstra o jornalista Augusto Costa, em 1937, quando este aborda a questão do Império na revista *Nação Portuguesa*, apelando para o apoio dos intelectuais à ideia de Quinto Império, enfatizando a necessidade fundamental de uma obra de cultura e de direção das massas por um escol consciente e ordenado. Para tanto, lançou os “Dez Imperativos do Quinto Império”. Entre os dez imperativos, o autor cita o Brasil e anuncia a importância deste para o império dizendo que:

Para assegurar a perenidade do Império, Portugal tem de estreitar cada vez mais as suas relações com as províncias ultramarinas e colônias distantes, procurando que o Brasil seja, do outro lado do Atlântico, o depositário e continuador da civilização portuguesa (COSTA apud SERPA, 2001: 117).

Evidencia a partir deste discurso o interesse pelo Brasil como fonte legitimadora da sua mitologia imperial. Pelo Brasil ser, “espiritualmente”, parte do Império era necessário combater, a partir da escrita, qualquer degenerescência. É por isto que os intelectuais

portugueses irão a partir de diversos meios buscar na escrita dos intelectuais brasileiros a positividade/continuidade do legado luso.

Qualquer memória desviante ao Brasil enquanto resultado do legado político/administrativo de Portugal era vista enquanto degeneradora do espírito lusitano. Expondo a partir destas aproximações múltiplos interesses do presente que eram ligados, fundamentalmente, a uma busca pelo salazarismo de alçar-se como arauto da civilização, tendo o passado e a língua como carro chefe de suas glórias.

2.3. A imagem do “filho prodigo” e os usos do Brasil para a legitimação do mito imperial.

O Estado Novo português valia-se do passado brasileiro para tê-lo como exemplo empírico da capacidade colonizadora de Portugal, estando igualmente habilitado para lançar a luz da civilização na África (RAMOS, 2001: 363), reproduzindo tal ideia a partir da concepção de Portugal como criador de nacionalidades e usando isto como emblema da positividade da política colonial (SERPA, 2000: 71).

Esta perspectiva do Portugal como “ser criador de nacionalidade” (SERPA, 2000: 71), irá ser fundamental na construção/afirmação do papel do império na portugalidade, o que fara com que o salazarismo busque intensificar as relações luso-brasileiras a partir da justificativa da continuidade do elemento luso no Brasil. Essa intensificação das relações luso-brasileiras materializara uma serie de praticas culturais como congressos, instituições, livros e revistas, que se constituíram como espaços e eventos onde a presença lusa no Brasil era afirmada a partir da cultura comum⁷.

Para afirmar esta presença, o regime salazarista criara uma série de espaços e eventos, durante os anos 30 e 40, para difundir uma lusitanidade legitimada pela imagem do “filho prodigo”, sendo os principais: o acordo ortográfico de 1931; a inauguração do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, em 1935; a criação da "Sala do Brasil" na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1937; a participação do Brasil como

⁷Apesar de que esta política de aproximação não se reduzia somente a nível do reforço ideológico, pois, ancorado na “política do espírito” também havia um interesse mais pragmático que se desdobrava na chamada “política do atlântico”, que visava superar a dicotomia entre ex-metrópole e ex-colônia, a partir da defesa de interesses práticos, como a questão da imigração, e na sonhada busca pela lusitanização do atlântico sul a partir da união comercial entre Lisboa, Rio de Janeiro e Angola (SERPA, 2001: 99).

"nação irmã" nas comemorações centenárias, a partir de sua presença na Exposição do Mundo Português e no Congresso Luso-brasileiro de História, de 1940; em 1941, a transformação da "Sala do Brasil" em Instituto de Estudos Brasileiros, a criação da Embaixada Extraordinária de Portugal, no Rio de Janeiro, a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro e a criação da "Revista Atlântico, como órgão do SNI e do SPN em 1941; e em 1942, a criação da Revista Brasília como publicação do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra, a partir do apoio do Instituto para a Alta Cultura e do SPN (SERPA, 2001: 119).

No entanto, essa presença de Portugal no "Brasil mental" (SERPA: 74) nem sempre encontrava consenso pela intelectualidade brasileira. Pois a memória histórica hegemônica, no Brasil, na busca pela autonomia nacional irá buscar individualidades como elementos fundantes da identidade nacional língua, raça, o território e a religião (SERPA, 2003: 261) tornam-se pressupostos para efetivar esta autonomia do espírito, criando a partir desta busca por autonomia dissensos com a pretensão da suposta "unidade espiritual" luso-brasileira. Para Portugal a afirmação da autonomia tirava a continuidade de seu passado glorioso no presente.

Neste sentido ser colonizador e negar-se colonizado engendra diversas formas de lidar com o passado, sendo representadas de diferentes formas das quais os nacionalismos irão se defrontar com o passado, criando as identidades nacionais a partir destes enfrentamentos. Pelo lado da ex-metrópole se busca continuidade/permanência do legado enquanto a ex-colônia busca o afastamento.

É a partir deste conflito entre continuidade e permanência do legado que o regime salazarista a partir da escrita irá avaliar o "filho prodigo", desmentindo a escrita deste quando houvesse "desvios", e legitimando e glorificando quando esta escrita entrava em consenso com a memória histórica que o salazarismo queria legitimar, ou seja, a memória do Brasil enquanto resultado positivo do legado político-administrativo e cultural português.

É na imagem do "filho prodigo", legitimada a partir de processos escriturísticos do esquecimento e da rememoração, que os intelectuais do regime alimentarão a mitologia imperial tão necessária como base de consenso social.

3. Considerações Finais

A imagem do “filho prodigo” construída a partir das aproximações com o Brasil, irá alimentar esta mitologia imperial que em essência era usada para falsear e distorcer a realidade colonial ultra exploratória – materializada na imagem do que Perry Anderson chama de Ultracolonialismo (Anderson, 1966: 14) – e também servirá para amenizar e consensualizar a realidade metropolitana, interna, de uma política que se instituía de maneira extremamente autocrática e monopolizadora do poder.

Esta mitologia divulgada pelo regime a partir de diversos meios objetivava substituir esta realidade pela fantasmagoria da imagem de um Império orgânico e harmônico. As criações e agentes culturais que foram criados a partir do dispositivo cultural montado em 30 e 40, nos anos de Ferro (Ó, 1999), estiveram em sua grande maioria mediadas por esta mitologia imperial que esteve presente tanto a nível das imagens verbais e plasticas que o regime divulgava, sendo o auge da reprodução e glorificação desta mitologia as festividades do duplo centenário da fundação e restauração de Portugal em 1940.

Entretanto, esta mitologia, apesar de sua pretensão totalizante, não conseguiu se instituir sobre todas as contradições internas (ligadas tanto ao conflito político que não e extinguido por Salazar, como aos limites estruturais que impunham a impossibilidade de alcançar todos os portugueses a partir de um programa de pretensão totalizante que consiga reproduzir todas essas representações) e também externas (no que concerne as próprias contradições entre as praticas excludentes e exploratorias na África e ao próprio antilusitanismo por parte da intelectualidade brasileira que confrontou a imagem do “filho-que-deu-certo”) do regime, que irão ser em germe uma das causas dos conflitos coloniais e metropolitanos posteriores⁸.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Portugal e o fim do ultra colonialismo*. Trad. Eduardo de Almeida. 1. edição, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

⁸ Para saber mais sobre essas contradições, oriundas de uma estrutura construída em uma longa duração, ver: MAXWELL, Kenneth. Prisioneiros da história. In: _____. *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

- BERNARDO, João. *Labirintos dos fascismos*. 1. edição, Porto: Afrontamento, 2003.
- CATROGA, Fernando et al. *História da História Em Portugal Sécs. XIX-XX*. 1. edição, Coimbra: Circulo de Leitores e Autores, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito, realidade*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. 2. edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- MAXWELL, Kenneth. Prisioneiros da História. In: _____. *A Construção da Democracia em Portugal*. Trad. Carlos Leone. 1. edição, Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- PINTO, António Costa. O Estado Novo português e a vaga autoritária dos anos de 1930 do século XX. In: Martinho Francisco et al. *Corporativismo em Português*. 1. edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 19-43.
- POLLAK, Michael. *memória esquecimento silencio*. Trad. Dora Rocha Flaskman. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. , 1989.
- Ó, Jorge Ramos do. *Os anos de ferro: dispositivo cultural durante a Política do Espírito, 1933-1949*. 1. edição, Lisboa: Estampa, 1999.
- RAMOS, Maria Bernadette. A intimidade luso-brasileira. In: PAULO, Heloisa et al. *O beijo através do atlântico*. 1. edição, Chapecó. Editora Argos, 2001, p. 357-421.
- ROSAS, Fernando. *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938)*. 1. edição, Lisboa: Editorial Estampa, 1986.
- _____. *Estado Novo, império e ideologia imperial*. Revista de História das Idéias, n. 17, p. 21-2, 1995.
- _____. *O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo*. Análise Social, vol. XXXV (157), p. 1031-1054, 2001.
- SERPA, Elio. *Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v 20, n° 39, p. 81-114, 2000.
- _____. Brasil e Portugal nas revistas portuguesas: língua, literatura e história. In: PAULO, Heloisa et al. *O beijo através do atlântico*. 1. edição, Chapecó. Editora Argos, 2001, 89-135.
- _____. Nação e integração autoritária: o Congresso da Língua Nacional Cantada, de 1937. In: SZESZ, Christiane Marques et al. *Portugal-Brasil no século XX Sociedade, Cultura e Ideologia*. 1. edição, Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 255-277.
- _____. *Revista Brasília: Olhar o outro nos próprios olhos*. R IHGB, Rio de Janeiro, a. 171, n. 448, pp. 99-128, jul./set. 2010.
- TORGAL, Luis Reis. *A universidade e o Estado Novo*. 1. edição, Coimbra: Minerva, 1999.
- _____. Estado Novo Português – Estado Totalitário?. In: SZESZ, Christiane Marques et al. *Portugal-Brasil no século XX Sociedade, Cultura e Ideologia*. 1. edição, Bauru, SP: Edusc, 2003, p. 127-164.
- SILVA, José Luiz Wemeck. *O Feixe e o Prisma O Autoritarismo Como Questão Historiográfica*. 1. edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.